

## **A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO SEGUNDO SANDRA LENCIONI: ABORDAGEM, CARACTERÍSTICAS E DIMENSÕES**

Matheus Cavalcanti Bartholomeu

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

matheuscb@live.com

**RESUMO:** A geógrafa brasileira Sandra Lencioni é a principal referência em âmbito ibero-americano a tratar da metropolização do espaço. Nosso objetivo é fazer um percurso pelos escritos de Lencioni, apresentando sua abordagem sobre o processo em questão e as características que ele apresenta. Finalmente, identificaremos oito dimensões que a autora parece considerar fundamentais em relação à metropolização do espaço, a saber: das formas urbanas e urbano-regionais; das atividades econômicas; das centralidades e da hierarquização; dos fluxos e redes; da financeirização; da homogeneização e da fragmentação; das mobilidades populacionais; e regional e das relações entre cidade e campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** metropolização do espaço; Sandra Lencioni; teoria em Geografia.

**GT-2:** Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea

## 1 INTRODUÇÃO

A publicação, em 2017, do livro “Metrópole, metropolização e regionalização” pela geógrafa brasileira Sandra Lencioni, editado pela Consequência, reuniu diversos textos escritos pela autora entre 2003 e 2016 sobre as três temáticas elencadas no título<sup>1</sup>. Isso permitiu ampliar e facilitar o acesso do público geral e acadêmico ao pensamento de Lencioni. A respeito do conceito de metropolização do espaço, que é nosso foco neste trabalho, podemos dizer sem grandes riscos que a geógrafa é a maior autoridade em nível ibero-americano. O conceito (mas não o fenômeno em pauta) é largamente desconhecido na Geografia anglófona e, fora da Geografia ibero-americana, as interlocuções mais fortes são com os franceses, que inspiraram as reflexões de Lencioni, embora ela tenha ido mais além.

Nosso objetivo é fazer um percurso pelos escritos de Lencioni, apontando sua abordagem quando trata da metropolização do espaço e as características que esse processo apresenta, para enfim identificar suas dimensões. Não falamos de “dimensões” aqui como uma grandeza matemática, mas como aquilo que Lefebvre (2011, p. 82) define: dimensões são “propriedades” essenciais de um fenômeno. Para chegarmos ao conceito de metropolização do espaço, precisamos antes compreender urbano e urbanização na abordagem lefebvriana que serve de base aos estudos e pesquisas de Lencioni. É o que faremos na sessão 2, logo a seguir. Após, na sessão 3, procuraremos evidenciar a multiplicidade de aspectos do processo de metropolização do espaço, segundo a autora. Na sessão 4, imediatamente antes das considerações finais, proporemos uma espécie de síntese de seu pensamento, a partir do agrupamento das características da metropolização do espaço em oito dimensões fundamentais.

## 2 A ABORDAGEM LEFEBVRIANA SOBRE URBANO E URBANIZAÇÃO

As contradições entre a reprodução do capital e a reprodução da vida social têm se agudizado, como indica Ana Fani A. Carlos (2011, p. 79-80), o que faz crescer a necessidade capitalista de incorporação do espaço como meio de produção, sob uma racionalidade técnica voltada para a acumulação. Essa estratégia mais incisiva se traduz na produção de um novo espaço,

---

<sup>1</sup> Quando citarmos capítulos específicos desta obra, citaremos também a fonte em que o artigo se encontra originalmente publicado.

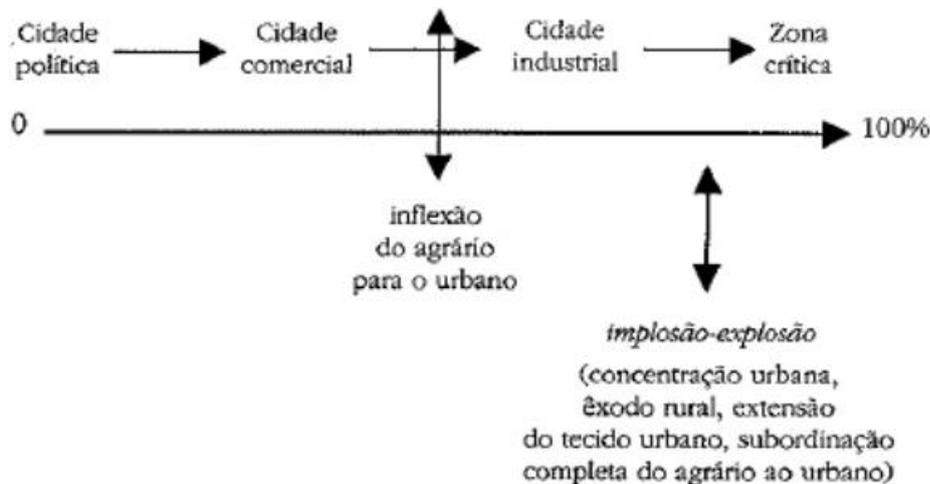
marcado pela problemática do urbano. O conceito de urbano não se confunde com a cidade. Para Lefebvre ([199-?], p. 1), aliás, a realidade urbana se origina precisamente com a explosão da cidade, substituindo a realidade da cidade histórica, mas absorvendo-lhe, isto é, sem acabar com ela. O urbano é marcado pela persistência da cidade, cuja centralidade se afirma e cuja aglomeração se condensa, e, simultaneamente, é marcado pela dispersão das aglomerações pelos espaços periféricos à cidade, contestando sua forma tradicional. Ele é o espaço por excelência da modernidade e da cotidianidade, isto é, inclui a produção material de coisas, mas não se limita a ela (p. 2).

O desenvolvimento de ideias que Lefebvre empreendeu em “A revolução urbana” (2008) e “O direito à cidade” (2011) nos auxiliam a compreender melhor a questão aqui tratada. Diz o filósofo (2008, p. 140), com razão, que a produção imediata do espaço não é uma novidade dos tempos atuais; o que aparece de novo é que o espaço social é hoje produzido globalmente (por todo o espaço, não apenas de forma localizada, demarcada) e totalmente (em todos os planos da vida social, incluindo a vida cotidiana). O capitalismo sobrevive por meio da produção do espaço como mercadoria e meio de produção. Porém, não se trata apenas de vender o espaço fragmentado, mas inseri-lo na produção da mais-valia, a fim de reorganizar a produção, subordinada aos espaços que centralizam a informação e a gestão (p. 141), ou queiramos, subordinada ao urbano.

Escrevendo na passagem da década de 1960 para a década de 1970, Lefebvre (2008, 2011) formula a tese a respeito da urbanização completa da sociedade em curso, que realizaria a chamada sociedade urbana. Essa sociedade se origina com a industrialização, origina-se como elemento induzido num momento em que a produção e a sociedade industriais são consideradas como elementos indutores, determinantes (2011, p. 11). Desenvolve-se, portanto, “um duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização” (p. 16, grifo do autor). A colisão entre essas duas realidades gera contradições complexas, as quais culminam na inversão do papel do urbano e da urbanização, que de induzidos tornam-se indutores.

Lefebvre (2008, p. 18-26) propõe uma periodização do processo de urbanização da sociedade, desde sua completa ausência, remetente ao estado puro da natureza, até seu auge e plenitude. Nesta espécie de linha do tempo (que pode ser apreciada na figura 1), localizam-se a cidade política – típica da Antiguidade grega e romana, mas também da Alta Idade Média europeia, cuja função primordial era administrar grandes territórios e gerir a produção agrícola – e a cidade comercial – característica da Baixa Idade Média europeia ocidental e, principalmente, do Renascimento, servindo ao encontro e à troca mercantil – num período ainda dominado pela

economia agrária. Pouco a pouco, ao longo da Modernidade europeia, processa-se uma inflexão do agrário ao urbano: o mercado e a riqueza mobiliária se tornam dominantes sobre a agricultura e a riqueza imobiliária. Neste movimento, a cidade deixa de ser pensada como unidade isolada e relega ao campo a concepção de que se trata do entorno da cidade.



**Figura 1: Eixo temporal do processo de urbanização completa da sociedade** – Fonte: Lefebvre (2008, p. 25).

Nesta trajetória irrompe a indústria, negando o urbano. Inicialmente estabelecida fora do espaço urbano, buscando fontes de energia, meios de transporte e matérias-primas, a indústria passa então a se direcionar à cidade para se aproximar dos capitais e dos mercados consumidor e de trabalho. Essa introdução da realidade industrial nas cidades exige delas uma metamorfose no que diz respeito a sua forma, função e estrutura. Contraditoriamente, a indústria, negação do urbano, provoca uma brutal expansão da cidade, pelas periferias, subúrbios e outros vários fragmentos do espaço, adensando-a de população, capitais, mercadorias, relações sociais – em outras palavras, uma implosão-explosão da cidade –, e produzindo, ao cabo deste processo dialético, a cidade industrial, não sem resistência e sobrevivência transformada do político e do comércio.

O *tecido urbano*<sup>2</sup> prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza”. [...] Enquanto esse aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade

<sup>2</sup> Lefebvre (2011, p. 18) esclarece a metáfora intencionada com o uso do termo “*tecido urbano*”: “Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras.”

explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: *subúrbios*, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de bairros urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole. (LEFEBVRE, 2008, p. 15, grifos do autor)

É esta a realidade que prenuncia a fase crítica da urbanização da sociedade, e mesmo se intensifica nela. Diz-se crítica, porque este período atual denota a crise do capitalismo industrial e do espaço industrial como seu produto. Com a generalização do urbano, percebe-se a importância econômica e social da cidade negada pela indústria, como dispositivo da produção e do consumo dirigidos (LEFEBVRE, 2011, p. 28). “A industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada” (2008, p. 25), submetida à urbanização, que generaliza global e totalmente seu próprio modo de viver: a sociedade urbana.

Antes de seguirmos adiante, esclareçamos que, de acordo com Lefebvre (2008, p. 25), “a entrada na sociedade urbana e as modalidades da urbanização dependem das características da sociedade considerada no curso da industrialização”. De qualquer forma, é mais adequado falarmos em “fenômeno urbano” – ou, mais simplesmente, “urbano” – do que usarmos o termo “cidade”, que diz respeito a um objeto delimitado e pronto (p. 25). Analogamente, ao utilizar a noção de “urbanização”, Lefebvre não pretende se limitar a seu aspecto formal, relacionado à disseminação da forma cidade.

Escrevendo sobre isso na transição dos anos 1960 para os anos 1970, Lefebvre de fato só poderia pensar a realização da sociedade urbana como potência, como virtualidade. Na atualidade, entretanto, transformações em curso em diversos níveis e escalas culminaram com a generalização do urbano, ou, em outras palavras, a urbanização completa da sociedade. No bojo da crise da cidade política, comercial e industrial, gesta-se um processo novo, a metropolização do espaço, a respeito do qual Lencioni é referência fundamental.

### 3 CARACTERÍSTICAS E ESCALAS DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO

Antes de elucidar o que é a metropolização do espaço, voltemos nossos olhos, com o auxílio de Lencioni (2006b, p. 45-46; 2017, p. 201-202), ao conceito de metrópole. Embora polissêmico, ele tem algumas convergências entre seus propositores e usuários. A primeira delas, é que a metrópole é uma forma urbana de extensão considerável e grande população, ainda que isso seja um aspecto bastante variável quando relativizado entre sociedades distintas. Em segundo

lugar, a metrópole apresenta uma grande variedade de atividades econômicas, com especial destaque para a concentração de serviços que dão suporte à gestão do capital de grandes empresas, serviços financeiros – esses dois tipos, enquadrados genericamente como o setor terciário avançado – e serviços de administração pública. Esta concentração nos ajuda a afirmar a função de gestão da reprodução do capital exercida pelas metrópoles na atualidade. A terceira característica comumente apontada é que a metrópole é o local privilegiado da inovação produtiva, porque geralmente também concentra, além de indústrias e serviços avançados, instituições que servem de condição à inovação, como instituições de ensino e profissionalização, de pesquisa e de ciência e tecnologia. Uma quarta característica é o grande volume de fluxos de informação e comunicação que da metrópole partem ou a ela chegam, reforçando seu caráter de comando e sua conectividade. Por fim, a quinta convergência quanto ao conceito de metrópole é a estruturação de inúmeras redes – de transporte de passageiros e cargas doméstico e internacional, de informação e comunicação, culturais, de turismo e lazer, de produção e inovação, de consumo de mercadorias, de poder etc. – com base em nós constituídos pelas metrópoles. Em resumo, para destacarmos o essencial, concentram-se, na metrópole de hoje, “serviços – privados e públicos – que buscam garantir a gestão da reprodução do capital e sua viabilização política” (2006b, p. 46, 2017, p. 202).

Introduzida uma conceituação de metrópole, podemos nos perguntar sobre a metropolização do espaço. Ora, vimos que a cidade, objeto, remete a um processo, a urbanização e que, no entanto, a urbanização não é exatamente a expansão das cidades. Do mesmo modo, a metrópole também se vincula a um processo, a metropolização, que, analogamente, não significa exatamente o alargamento do espaço metropolitano por excelência. Todavia, se a metrópole diz respeito à transformação da cidade, com novas forma, funções e estrutura, o mesmo não podemos dizer da metropolização, posto que esta é relativa ao espaço. Com e pela metropolização, é o espaço inteiro que se transforma, não só a cidade ou a metrópole (LENCIONI, 2006b, p. 46, 2017, p. 202). Aliás, poderíamos bem falar de uma metamorfose do espaço (2013, p. 17, 2017, p. 41), pois implica em falar de transformações mais profundas e intensas, atinentes às formas, funções e estruturas e atingindo a essência da coisa transformada.

A noção de metropolização do espaço, como elaborada por Lencioni tem inspirações originais em reflexões de Kayser (1969 apud LENCIONI, 2013, p. 18, 2017, p. 42), para quem o espaço metropolizado se caracteriza por intensos e permanentes fluxos de pessoas, mercadorias e capitais com as grandes cidades. A partir daí e pensando a metamorfose metropolitana dentro de uma tríade que inclui, também, a globalização e a reestruturação produtiva – a primeira, que torna

o mundo um “único espaço social regido por uma dinâmica de expansão crescente das relações sociais capitalistas em escala planetária e, ao mesmo tempo, de intensificação dessas relações” (LENCIONI, 2006b, p. 17, 2017, p. 41); a segunda, que compreende as transformações sociais estruturais alimentadas pelo conjunto de respostas do capitalismo à crise do taylorismo e do fordismo –, Lencioni absorve contribuições de diversos outros autores para chegar a uma definição própria para metropolização do espaço, definição que reproduzimos na íntegra a seguir, em virtude de sua enorme relevância e densidade:

De maneira sintética podemos dizer que, em geral, o processo de metropolização imprime características metropolitanas<sup>3</sup> ao espaço, transformando as estruturas preexistentes, independentemente desses espaços serem ou não as metrópoles. Isso significa dizer que o processo de metropolização pode incidir sobre espaços metropolitanos ou não, conforme apontou Ascher<sup>4</sup>. Além disso, esse processo engendra morfologias urbanas com características específicas, se constituindo num fenômeno multiforme e contraditório que, no caso das grandes cidades, faz com que elas se curvem aos fenômenos de dilatação, aumento e diversificação das mobilidades<sup>5</sup>. Acresce-se, ainda, que a metropolização se conforma num processo proteiforme e relacionado aos fenômenos de reurbanização, redensificação e gentrificação... e expressa, além do mais, um novo ciclo urbano<sup>6</sup>, caracterizado pela crise e marcado por contradições, conflitos e violência<sup>7</sup>. No dizer de Jean Paul Volle<sup>8</sup>, a metropolização se torna um dos principais elementos para a periodização da modernidade. O processo de metropolização é numa [*sic*]<sup>9</sup> determinação histórica dos dias atuais.

Continuando essa síntese, podemos dizer que esse processo tende a se manifestar como verdadeiros *patchworks* desordenados, desiguais e rígidos<sup>10</sup>, desafiando as intenções e as instituições de governança local<sup>11</sup>, e se manifesta por meio de uma fluidez líquida, a qual, ao mesmo tempo em que salta à vista, porque sua localização geográfica é circunscrita, se oculta porque tem uma forma caótica<sup>12</sup>, se constituindo num processo que se agrega, se soma, se junta ao processo de urbanização. Ou seja, a “metropolização não torna obsoletas as outras manifestações do fenômeno urbano (urbanização, sub e periurbanização), mas ela

<sup>3</sup> Já falamos há alguns parágrafos sobre as principais ou pelo menos as mais reconhecidas características das metrópoles.

<sup>4</sup> Em citação a obra de 1998.

<sup>5</sup> Em citação a Pinson e Rousseau (2011).

<sup>6</sup> Em citação a Levy (1997).

<sup>7</sup> Em citação a Bassand (2001).

<sup>8</sup> Em citação a obra de 1996.

<sup>9</sup> Provavelmente o correto seria o emprego de “uma”, em substituição a “numa”.

<sup>10</sup> Apresentamos um questionamento à metáfora empregada, posto que *patchwork* designa a atividade artesanal de costura de peças de tecido diferentes entre si em forma, cores e estampa a fim de formar um desenho geométrico (HOUAISS, 2009) ou o objeto, em geral decorativo, resultante dessa atividade. Seu fim, portanto, é criar um todo harmônico e ordenado, apesar de um ponto de partida desordenado. Talvez substituir mais adequado substituir “*patchworks*” (que também pode significar, em inglês, a obra resultante desse trabalho artesanal) por “conjuntos de retalhos”, que necessariamente designam um objeto (e não a atividade que o cria) em que não está implícita a finalidade artística e harmônica, portanto, sem entrar em paradoxo com os adjetivos apresentados imediatamente em sequência (“desordenados, desiguais e rígidos”).

<sup>11</sup> Em citação a Scott e Storper (1986) e a Veltz (1997).

<sup>12</sup> Em citação a Garnier (2005).

se junta a essas”<sup>13</sup>. Além do mais, “produz recomposições territoriais novas, tanto no plano interno dos conjuntos urbanos que lhes dizem respeito, quanto relativos às suas relações externas”<sup>14</sup>. (LENCIONI, 2013, p. 22-23, 2017, p. 46-47)

O processo de metropolização do espaço, no que tange às transformações que engendra, pode ser pensado relativamente à metrópole e ao espaço fora dela. Quanto a seu interior, a metrópole experimenta a multiplicação de centralidades, que podem ou não terem função de comando e direção das atividades econômicas, ou seja, de função de gestão do capital (LENCIONI, 2013, p. 27-28, 2017, p. 51-52). Essas centralidades “são produzidas muito menos pelas necessidades da cidade de desempenhar as funções de comércio e de serviços, e, muito mais, devido às necessidades de reprodução do capital do setor imobiliário” (2013, p. 29, 2017, p. 53), que buscam ganhos por meio do adensamento e da renovação – e consequente gentrificação – das áreas centrais e por meio da criação de novas centralidades. Na produção imobiliária, atualmente, integra-se o capital financeiro de forma nunca vista, o que faz crescer os rendimentos com a venda do espaço metropolitano tornado mercadoria (2013, p. 29, 2017 p. 53). Esta característica tem relação com a gradativa retirada do Estado do provimento de infraestrutura urbana, comumente financiada com fundos públicos. Paralelamente, eleva-se a participação do capital privado nesse tipo de produção, tornando-a cada vez mais ditada pela racionalidade capitalista e cada vez mais desigual (2013, p. 31-32, 2017, p. 55-56).

No que se refere às transformações para além da metrópole, é possível destacar, primeiramente, a dimensão cultural: os hábitos e valores então exclusivos da vida metropolitana se disseminam (LENCIONI, 2013, p. 24, 2017, p. 48). Além disso, a metropolização do espaço produz novas formas urbanas, distintas da metrópole tradicional, caracterizadas simultânea e contraditoriamente por dispersão e concentração de pessoas, atividades, riqueza etc. Constituem-se imensos aglomerados urbanos, com características de uma nebulosa, isto é, uma “uma forma difusa com tendência à condensação. [...] Sua natureza [...] é de esgarçamento, de múltiplas porosidades e de descontinuidades diante da volatilidade que lhe é inerente” (LENCIONI, 2015a, p. 35). Já se somam vários conceitos propostos para abarcar a realidade dessas novas formas: megalópole (GOTTMANN, 1957, 1961); cidade global (SASSEN, 2005); metápole (ASCHER, 1995); cidade-região (global) (SCOTT et al., 2001; LENCIONI, 2006a, 2017); megarregião (SASSEN, 2007; HARRISON; HOYLER, 2015; LENCIONI, 2015a, 2015b, 2017); entre outros mencionados por Lencioni (2006a, p. 73, 2017, p. 144), como cidade-arquipélago (VIARD, 1994),

<sup>13</sup> Em citação a Bassand, Joye e Leresche (1995, p. 1)

<sup>14</sup> Em citação a Lacourt e Puissant (1998) – paginação não informada.

cidade reticular (DEMATTEIS, 1998), cidade dispersa (MONCLÚS, 1999), exópolis (SOJA, 2000) e metrópole-região (DE MATTOS, 2004).

Não só a característica de aglomeração concentrada das cidades é alterada, exigindo que pensemos em termos de aglomerações difusas, como também a relação entre as cidades se altera, inclusive diluindo a separação entre a cidade e a região. Como elucidada Lencioni (2006a, p. 65, p. p. 67-68, 2017, p. 135, p. 138-139), o modo clássico de pensar essa relação envolvia uma hierarquia piramidal, em que as relações se davam sequentemente entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Sendo assim, era comum dizer que os centros locais possuíam relações mais próximas com os centros regionais, que por sua vez se relacionavam com as metrópoles nacionais e estas, com as metrópoles internacionais. A autora (2006a, p. 67-69, 2017, p. 138-141) discrimina alguns pontos problemáticos em relação à aplicação desse pensamento face os dias atuais e sintetiza que na atualidade “o local pode desenvolver vínculos muito mais consistentes com o global do que com o regional ou o nacional” (2006a, p. 69, 2017, p. 140).

Outra separação que a metropolização do espaço faz perder força é entre a cidade e o campo, como diz Lencioni (2013, p. 24, 2017, p. 48), resultando não na extensão homogênea da cidade, mas na produção de espaços híbridos com múltiplos fluxos e dependências entre o urbano e o rural, o que obscurece suas fronteiras (WOODS, 2009, p. 853). Esses espaços híbridos foram chamados por Rua (2002, 2006, 2007, 2011, 2013, 2015, 2017) de “urbanidades no rural”, definidas, em síntese, como “todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem) em áreas rurais, sem que, por isso, fossem identificados tais espaços como urbanos” (2007, p. 272). Sobre os efeitos da metropolização sobre o campo, Rua (2011, p. 41-42) também aponta alguns cenários de desterritorialização<sup>15</sup> das populações rurais, provocadas pela exclusão do acesso à terra devido à alta dos preços e, cultural e simbolicamente, por mudanças no calendário agrícola em função do turismo e da vilegiatura e pela resignificação e mercantilização das tradições rurais.

Enfim, pensar a metropolização para fora do espaço metropolitano demanda pensar a constituição de um mosaico de espaços metropolizados – os quais tendem a ser mais comuns conforme a proximidade à metrópole – e não-metropolizados – mais comuns conforme a distância à metrópole (LENCIONI, 2013, p. 26, 2017, p. 50). O crescimento do preço da terra, característica marcante, é reflexo da indispensabilidade da propriedade privada sobre ela para o desenvolvimento da produção imobiliária para mercado (2013, p. 26-27, 2017, p. 51), que se torna hegemônica.

---

<sup>15</sup> Conforme o entendimento de Haesbaert (2016), que implica, também, em simultânea reterritorialização.

Esse movimento gera formas facilmente visíveis, como a conurbação, embora a metropolização do espaço possa certamente se manifestar sem essa forma.

Ainda que a abordagem de Lencioni parte das reflexões de Lefebvre sobre o urbano e a urbanização e nelas se apoie, para a autora (2006b, p. 47, 2011a, p. 136, 2017, p. 202), a metropolização do espaço a um só tempo pode e não pode ser pensada como uma fase do processo de urbanização conforme entendido por Lefebvre. Ela pode ser considerada assim, na medida em que não deixa de ser uma continuidade à urbanização, imersa na zona crítica enunciada pelo filósofo (2008, p. 28). Por outro lado, a metropolização tem outra natureza. Se a urbanização se torna generalizada nos dias atuais, a metropolização do espaço marca diferenças mais perceptíveis que metamorfoseiam o próprio processo de urbanização (LENCIONI, 2006b, p. 47-48, 2017, p. 202-203).

Não se trata mais de criar cidades, de desenvolver a rede urbana ou a urbanização em sentido restrito, trata-se de desenvolver condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital, subvertendo toda a lógica urbana herdada e negando a cidade. (LENCIONI, 2006b, p. 48, 2017, p. 203)

[...] nos dias atuais o processo de metropolização do espaço se constitui numa determinação histórica que submete a urbanização relacionada à cidade. Como determinação, a metropolização dos espaços *condiciona* e *produz* a história urbana dos dias atuais. Esse é o novo que suplanta a cidade, que nega a vida urbana e aprisiona, nos condomínios fechados e nos *shopping centers*, seus habitantes que vivem sob o império dos fluxos, sob a negação de tudo que é público e buscando proteção frente à sensação de medo. (LENCIONI, 2006b, p. 48, 2017, p. 203, grifos da autora)

Podemos dizer, então, que a metropolização do espaço possui continuidades e descontinuidades com relação à urbanização. A percepção dessa dinâmica passa pelo reconhecimento de desestruturações e reestruturações conduzidas pelo processo de metropolização. Ainda que profícua, evitaremos aprofundamentos nesse tema e nos reconduziremos à discussão a propósito das características da metropolização. A fim de podermos seguir adiante com nossa própria interpretação das dimensões fundamentais do processo de metropolização do espaço, precisamos dar espaço para um trecho em que Lencioni elenca, ela mesma, oito aspectos que considera básicos, em texto de 2011, republicado em 2017 (2011b, p. xx; 2017, p. 30-31):

A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la; porque seu núcleo é a urbanização. A segunda é a de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com aspectos bastante homogêneos. A

quarta característica deve-se à redefinição das antigas hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica está relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região, conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava diz respeito à intensidade dos expressivos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede.

#### 4 OITO DIMENSÕES FUNDAMENTAIS DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO

O conjunto da obra de Sandra Lencioni sobre a metropolização do espaço já se espalha por quase duas décadas de escritos, desde o princípio do século XXI. Sendo assim, parece-nos útil agrupar e apresentar de forma mais ou menos sintética as características do processo em questão que foram enunciadas pelos vários textos da autora aqui tratados. Fazemos isso como instrumento didático, sem intenção de substituir o tratamento mais aprofundado que a geógrafa faz em seus trabalhos, mas sim de apresentar a ideia geral da autora e evitar que percamos de vista algumas dimensões que uma leitura mais parcial da obra de Lencioni podem eventualmente deixar de lado. Chegamos ao número de oito dimensões essenciais da metropolização do espaço, que, advertimos, não derivam nem acompanham a ordem das oito características elencadas no fim do item anterior, embora as incorporem. O mesmo número foi uma mera coincidência.

1) *Dimensão das formas urbanas e urbano-regionais.* A metropolização conforma um espaço de grande e crescente extensão e população. Ela produz novas formas urbanas, que são distintas das aglomerações concentradas típicas, como é o caso das cidades e metrópoles tradicionais. Essas novas formas são intrinsecamente contraditórias, pois se trata de aglomerações difusas com limites dinâmicos, que, a um só tempo, dispersam e condensam pessoas, infraestrutura, atividades, riqueza etc., diluindo a separação entre cidade e região. No entanto, a metropolização do espaço não liquida a urbanização tradicional, a suburbanização e a periurbanização: ela se combina a elas e as redefine. Sendo assim, os espaços metropolizados podem apresentar grandes áreas conurbadas, mas também descontinuidades e porosidades significativas.

2) *Dimensão das atividades econômicas.* Os espaços metropolizados apresentam enorme gama de atividades econômicas, especialmente aquelas relacionadas à gestão do capital (como os

serviços avançados), à gestão pública e à inovação. Essas atividades se manifestam mais fortemente nos principais núcleos metropolitanos e guardam forte relação com a globalização e a reestruturação produtiva.

3) *Dimensão das centralidades e da hierarquização.* O espaço metropolizado possui múltiplas centralidades, que podem ou não servir à função de gerir o capital. Essas centralidades são, no entanto, cada vez menos produzidas conforme a demanda espontânea por trabalho, comércio ou serviços, e mais conforme a necessidade do capital de se reproduzir por meio da produção imobiliária. A polinucleação se combina a uma reestruturação interna das cidades e, mais amplamente, da rede urbana intermunicipal. Além disso, relaciona-se a uma redefinição da hierarquia e das relações entre as cidades e dessas com as distintas escalas, permitindo vínculos mais diretos do local com o global, por exemplo.

4) *Dimensão dos fluxos e redes.* Sobre e com relação ao espaço da metropolização, estruturam-se diversas redes e processam-se intensos e volumosos fluxos, com marcante perenidade. Destacam-se as redes e fluxos de informação e comunicação, condições essenciais ao comando e à conectividade dos grandes capitais, mas também podemos falar de outros fluxos e redes: de transporte doméstico e internacional de passageiros e carga; de circulação de mercadorias e dinheiro; de produção e inovação; de turismo, lazer, cultura e entretenimento; de poder; e mais.

5) *Dimensão da financeirização.* A metropolização do espaço condiciona e é condicionada por uma crescente disseminação da finança, que subjuga e passa a dominar as demais formas de capital<sup>16</sup>. A finança integra-se, como nunca, à produção imobiliária e subverte essa relação, controlando-a, elevando o preço da terra de maneira frequentemente especulativa, produzindo novos espaços ou reconfigurando e refuncionalizando antigos ambientes construídos com base em demandas heterotópicas, geralmente extra ou supranacionais. Essa nova relação está por trás dos fenômenos recentes de reurbanização, readensamento e gentrificação nas metrópoles.

6) *Dimensão da homogeneização e da fragmentação.* A metropolização, ao mesmo tempo que conduz a uma homogeneização do espaço, ao difundir o que era então próprio apenas da metrópole, também o fragmenta. Essa fragmentação, que impõe dificuldade às práticas e instituições de governança democrática local, se expressa por meio da exploração desigual das vantagens locais por parte dos capitais (inclusive com maior penetração do capital privado

---

<sup>16</sup> Aqui empregamos o termo “finança” em consonância com Chesnais (1994, 2015), tendo em mente a diferença entre ela e o capital financeiro, uma vez que a finança incorpora seus rendimentos não só na forma de lucro e juro, mas também de renda. Quando dissemos “as demais formas de capital”, portanto, não é ignorando isso e tratando a finança como sinônimo de capital financeiro.

no provimento de infraestruturas anteriormente públicas), altos índices de violência, numerosos conflitos pela produção do espaço e flagrante segregação social. Tal segregação, a propósito, se manifesta inclusive como autosegregação, cujas formas urbanas mais visíveis talvez sejam os loteamentos fechados de propriedade condominial e os *shopping centers*, que fornecem sensação de segurança a seus usuários, enquanto negam o espaço público.

7) *Dimensão das mobilidades populacionais.* Com a expansão desmesurada das cidades e a difusão completa do urbano, a mobilidade populacional dentro das metrópoles e por todo o espaço metropolizado se reestrutura: diversificam-se os meios e as opções de transporte; intensificam-se e se tornam mais frequentes os fluxos, inclusive os pendulares; permite-se aumentar as distâncias percorridas entre a residência e o local de trabalho. As condições de acesso a essas mobilidades, bem como sua distribuição e sua qualidade, no entanto, acirram as desigualdades espaciais e podem levar a ainda maior segregação.

8) *Dimensão regional e das relações entre cidade e campo.* Com a metropolização do espaço, tende a ocorrer um relativo decréscimo do crescimento populacional dos municípios-núcleo de metrópoles, concomitante ao crescimento demográfico e expansão da malha urbana formal de outros municípios metropolizados, sejam eles metropolitanos ou não. Não só isso, mas também os hábitos e valores tipicamente metropolitanos se difundem para e por esses espaços. Em conjunto, estas são expressões de uma urbanização regional<sup>17</sup>. Esse movimento obscurece os limites entre a cidade e o campo, produzindo hibridizações como as urbanidades no rural. Também ocorre uma desterritorialização de populações que vivem (ou viviam) sob outros ritmos, seja essa desterritorialização material, como a espoliação do acesso à terra, seja ela simbólico-cultural, pela invasão dos signos e símbolos urbano-metropolitanos repulsores de lógicas e gêneros de vida distintos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que esse apanhado pelas obras de Sandra Lencioni sobre a metropolização do espaço reúna elementos importantes para esclarecer seus leitores a respeito da abordagem lefebvriana que subjaz suas reflexões e municiá-los com um compilado de importantes

---

<sup>17</sup> Entendemos “urbanização regional” de acordo com Soja (2011), como uma mudança de um modo hegemônico de urbanização nitidamente associado à configuração das metrópoles tradicionais para um processo de urbanização que se processa em escala mais ampla, regional.

características gerais do processo em questão, conforme foram tratadas pela autora. Ademais, esperamos que a relação das oito dimensões fundamentais da metropolização feitas por nós, com base no pensamento de Lencioni, sirva de instrumento didático para novas leituras e debates críticos, que incorporem ou repensem as dimensões que interpretamos aqui, a fim de enriquecer ainda mais o conceito.

## 6 REFERÊNCIAS

- ASCHER, François. **Métapolis: ou l'avenir des villes**. Paris, França: Odile Jacob, 1995.
- CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHESNAIS, François. **La mondialisation du capital**. 1. ed. Paris, França: Syros, 1994. (Alternatives Économiques).
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: razões sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. 2. reimp. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 35-67.
- GOTTMANN, Jean. Megalopolis: or the urbanization of the Northeastern Seaboard. **Economic Geography**, [Abingdon-on-Thames], v. 33, n. 3, p. 189-200, July 1957. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/142307>. Acesso em 24 dez. 2018.
- GOTTMANN, Jean. **Megalopolis: the urbanized Northeastern Seaboard of the United States**. Nova York: The Twentieth Century Fund, 1961.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- HARRISON, John; HOYLER, Michael (ed.). **Megaregions: globalization's new urban form?** Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **Urbano (O)**. Tradução de Margarida Maria de Andrade. [S.l.: s.n., 199-?]. Versão preliminar. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/312243031/H-Lefebvre-Urbano-o-O>. Acesso em: 22 dez. 2018. Tradução de: LEFEBVRE, Henri. Urbain. In: LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clefs pour le monde moderne**. Paris, França: Messidor/Éditions Sociales, 1986. cap. L, p. 159-173.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. 3. reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. (Humanitas).
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.
- LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: LIMA, Luiz C. ; ELIAS, Denise; SILVA, José B. da. (org.). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006a. p. 65-76.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. *In*: SILVA, Catia Antonia da; GUICHARD, Désirée F.; OLIVEIRA, Floriano José G. de (org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p. 41-58.

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 133-148, jan./jun. 2011a. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/176>. Acesso em: 7 jul. 2019.

LENCIONI, Sandra. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. *In*: LENCIONI, Sandra; VIDAL-KOPPMANN, Sonia; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA, Paulo Cesar X. (org.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 51-60.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio José; SILVA, Augusto César P. da. (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a. p. 35-68.

LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo – Rio de Janeiro. **e-metropolis**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 22, p. 6-15, set. 2015. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/022/original/emetropolis\\_n22.pdf?1447896390](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/022/original/emetropolis_n22.pdf?1447896390). Acesso em 7 jul. 2019.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro. *In*: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta F. (org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 27-42.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781>. Acesso em: 7 jan. 2013.

RUA, João. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. *In*: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 271-298.

RUA, João. A complexa simultaneidade da integração e distinção entre o urbano e o rural: retomando um debate no espaço de metropolização no estado do Rio de Janeiro. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 1-47, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://geopuc.geo.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=58&sid=17>. Acesso em: 7 jan. 2019.

RUA, João. O urbano no rural fluminense e o preço da terra: continuando a reflexão. *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio José; SILVA, Augusto César P. da (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 383-407.

RUA, João. O preço da terra e os megaprojetos como marcantes urbanidades no rural na fase atual de organização do espaço geográfico. *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina

Célia de (org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 389-420.

RUA, João. No estado do Rio de Janeiro: o lugar de um lugar rural em um espaço de metropolização. *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 443-486.

SASSEN, Saskia. The global city: introducing a concept. **The Brown Journal of World Affairs**, [Providence, RI, Estados Unidos], v. 11, n. 2, p. 27-43, winter-spring 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24590544>. Acesso em 24 dez. 2018.

SASSEN, Saskia. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. **EURE: Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, Santiago, Chile, v. 33, n. 100, p. 9-34, dic. 2007. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1366>>. Acesso em: 24 dez. 2018.

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STORPER, Michael. Cidades-regiões globais. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano 17, n. 41, p. 11-25, 2001.

SOJA, Edward W. Regional urbanization and the end of the metropolis era. *In*: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (ed.). **The new Blackwell companion to the city**. Malden, MA, Estados Unidos: Wiley-Blackwell, 2011. p. 679-689. (Wiley-Blackwell companions to Geography).

WOODS, Michael. Rural Geography: blurring boundaries and making connections. **Progress in Human Geography**, [s.l.], v. 33, n. 6, p. 849-858, Dec. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132508105001>. Acesso em: 24 dez. 2009.